

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Prestação Social Única: quando a pobreza entra no cadastro moral do Estado

Publicado em 2026-06-08 13:11:08





quando a pobreza entra no cadastro moral do Estado

Uma crítica à nova engenharia social que promete simplificar apoios, mas pode transformar vulneráveis em suspeitos administrativos permanentes.

BOX DE FACTOS

- A Prestação Social Única pretende juntar **13 prestações sociais não contributivas**.
- O Governo apresenta a medida como simplificação e reforço da protecção social.
- A prestação poderá ser requerida por pessoas com **18 ou mais anos** residentes em Portugal.
- O património do agregado familiar passa a contar, incluindo património imobiliário e bens móveis registados, como automóveis.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

- Essas actividades poderão chegar a **15 horas semanais**, segundo a proposta governamental.
- O valor de referência do RSI em 2026 foi fixado em **247,56 euros**.
- Em 2025, cerca de **2 milhões de pessoas** estavam em situação de pobreza ou exclusão social em Portugal, segundo a FFMS/INE.

Quando um Estado é brando com rendas excessivas, consultorias opacas e benefícios fiscais discretos, mas severo com quem recebe algumas centenas de euros para sobreviver, alguma coisa está profundamente invertida na bússola moral da República.

A chamada **Prestação Social Única** surge com uma promessa aparentemente virtuosa: simplificar apoios, juntar prestações dispersas, reduzir burocracia e dar maior coerência ao sistema de protecção social.

Em teoria, nada haveria a opor. Portugal é, há demasiado tempo, uma máquina administrativa capaz de transformar uma pessoa pobre num peregrino documental: um balcão aqui, uma senha ali, uma declaração acolá, uma

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

problema raramente está no título da reforma. Está no rodapé. Está na portaria. Está no regulamento. Está no algoritmo silencioso que decide quem merece ajuda e quem deve voltar para casa com a dignidade embrulhada num indeferimento.

A bela palavra “simplificação”

O Governo afirma que a nova prestação agregará **13 apoios sociais não contributivos**, com o objectivo de simplificar o acesso e proteger situações de insuficiência económica severa.

A fórmula é sedutora. Quem poderia ser contra simplificar? Só um burocrata com saudades do carimbo húmido e da fotocópia autenticada.

O problema é que a simplificação pode ser duas coisas muito diferentes. Pode ser uma ponte mais curta entre o cidadão vulnerável e o apoio de que precisa. Ou pode ser uma peneira mais apertada, pintada com verniz modernizador.

A diferença entre uma reforma social e uma tesoura orçamental está quase sempre escondida nas palavras: “verificação”, “condição de recursos”, “património”,

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

não sabem o preço de um pacote de leite, nem o custo emocional de chegar ao fim do mês antes do dinheiro.

O património dos pobres: quando um carro velho vira suspeita

A proposta prevê que o acesso à Prestação Social Única tenha em conta rendimentos do trabalho, rendimentos prediais, rendimentos de capitais, outras prestações sociais e também património imobiliário e bens móveis registados, incluindo automóveis.

Aqui começa o perigo. Em abstracto, considerar património pode parecer razoável. Mas no país real, um automóvel velho pode não ser sinal de riqueza: pode ser a única forma de chegar ao trabalho, levar um filho à escola, transportar um familiar doente ou sobreviver fora dos centros urbanos onde há metro, autocarro e boas intenções impressas em brochuras.

A pobreza em Portugal não vive apenas em apartamentos degradados das periferias. Vive no interior sem transportes, nas aldeias envelhecidas, nos bairros escondidos das cidades ricas, nas casas onde há televisão mas falta dinheiro para medicamentos, nas famílias onde há carro mas não há almofada financeira.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

O trabalho social: integração ou castigo?

A proposta admite que pessoas em idade activa, sem trabalho e com capacidade para trabalhar, possam ser sujeitas a obrigações como inscrição no centro de emprego, formação, procura activa de emprego ou actividades de solidariedade social até **15 horas por semana**.

De novo, em teoria, a integração social é desejável. O problema está na fronteira moral e prática.

Se estas actividades forem acompanhamento real, formação útil, reinserção profissional séria e reconstrução de autonomia, poderemos estar perante uma política pública digna. Mas se forem uma forma de mão-de-obra barata para autarquias, instituições ou estruturas públicas, então a reforma muda de nome: deixa de ser protecção social e passa a ser punição dos pobres com linguagem administrativa.

O Estado não pode dizer a alguém que vive com uma prestação mínima: “vamos ajudá-lo”, e depois acrescentar em voz baixa: “mas primeiro terá de provar que merece não passar fome”.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

em 2025 cerca de **2 milhões de pessoas**, ou **18,6% da população**, encontravam-se em situação de pobreza ou exclusão social em Portugal.

O INE indicou também que a taxa de risco de pobreza se situou em **15,4%** relativamente aos rendimentos de 2024. Mesmo quando os indicadores melhoram, continuam a representar centenas de milhares de vidas suspensas por salários baixos, rendas absurdas, doença, solidão, precariedade ou velhice pobre.

E depois há o RSI, o velho bode expiatório nacional. Segundo o Jornal de Negócios, em Junho de 2025 havia **172.308 beneficiários** do Rendimento Social de Inserção em Portugal, contra **525.662 em 2010**. O mesmo artigo referia um valor médio da prestação de cerca de **155,96 euros**.

Ou seja: o apoio que tantas vezes é tratado como se fosse uma mina de ouro social é, na verdade, uma jangada frágil num mar onde os preços já aprenderam a nadar mais depressa do que os salários.

Indicador	Valor referido	Fonte
Prestações a agregar na PSU		Governo

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Valor de referência do RSI em 2026	247,56 €	Diário da Repu 71
Pessoas em pobreza ou exclusão social em 2025	Cerca de 2 milhões; 18,6% da população	FFI
Beneficiários do RSI em Junho de 2025	172.308 pessoas	Jornal de Neg noticia
Beneficiários do RSI em 2010	525.662 pessoas	Jornal
Valor médio do RSI referido em 2025	155,96 €	Jornal

A geografia da pobreza: Portugal não é todo igual

A distribuição territorial dos beneficiários do RSI mostra que o problema não é apenas individual. É estrutural, geográfico e económico.

Dados municipais disponibilizados pela PORDATA e pelo INE permitem observar o peso dos beneficiários do RMG/RSI nos municípios. Segundo uma análise jornalística do Página Um, baseada em dados do INE para 2024, concelhos como **Mourão**, **Monforte** e **Moura**

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

em Mourão, **135,25 por mil** em Monforte e **133,66 por mil** em Moura, contra uma média nacional de **24,22 por mil**, ou cerca de **2,4%** da população activa.

Estes números não dizem apenas que há pessoas pobres. Dizem que há territórios inteiros sem músculo económico suficiente para libertar cidadãos da dependência de prestações mínimas.

Município / Região	Beneficiários RSI por 1.000 habitantes em idade activa	Leitura política e social
Mourão	137,25‰	Dependência social m estrutural
Monforte	135,25‰	Fragilidade económ
Moura	133,66‰	Pobreza territorial, n
Porto	58,04‰	Maior número absol 6.400 ben
Lisboa	36,46‰	Mesmo nas áreas rica vulnera
Média nacional	24,22‰	Cerca de 2,4% da

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

não tratem a vulnerabilidade como falha de carácter.

O velho truque: combater a pobreza combatendo os pobres

Há uma tendência antiga na política portuguesa: perante os grandes poderes económicos, o Estado fala de incentivos; perante os pobres, fala de fiscalização.

Quando se trata de grandes grupos, surgem expressões como competitividade, estabilidade regulatória, atracção de investimento, optimização fiscal e confiança dos mercados.

Quando se trata dos pobres, surgem expressões como abuso, fraude, denúncia, controlo, incumprimento e cessação.

A República parece ter dois vocabulários: um para o banquete, outro para a marmita.

Não se nega que possa haver fraude. Há fraude em todos os sistemas humanos, desde a Segurança Social até às grandes obras públicas, passando pelas facturas criativas, rendas excessivas, consultorias redundantes e nomeações convenientes.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A renovação anual: a insegurança como método

O Governo prevê que a Prestação Social Única seja atribuída por períodos de um ano, renováveis mediante nova verificação das condições de acesso.

Isto pode parecer normal do ponto de vista administrativo. Mas, para quem vive no limite, cada renovação é uma espada suspensa. A vida dos pobres fica calendarizada por avaliações, comunicações obrigatórias, documentos, cruzamentos de dados e possíveis suspensões.

A pobreza deixa de ser apenas falta de dinheiro. Passa a ser também uma relação contínua com o medo: medo de errar num formulário, medo de não perceber uma notificação, medo de uma alteração mínima no agregado, medo de uma interpretação absurda, medo de perder o pouco que permite sobreviver.

Um Estado social maduro deve controlar recursos públicos, sim. Mas deve fazê-lo sem transformar cada cidadão vulnerável num arguido burocrático em liberdade condicional.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

se respeitasse alguns princípios simples:

- **Ninguém deve perder apoio por possuir bens modestos indispensáveis à vida diária.**
- **O trabalho social nunca deve substituir emprego remunerado.**
- **A fiscalização deve ser proporcional e não humilhante.**
- **Os algoritmos e cruzamentos de dados devem ser auditáveis e contestáveis.**
- **A renovação anual deve proteger estabilidade mínima, não criar ansiedade permanente.**
- **Os municípios devem ter meios reais para acompanhamento social, não apenas novas responsabilidades.**
- **A política social deve atacar a pobreza estrutural, não apenas seleccionar pobres “merecedores”.**

Sem estas garantias, a Prestação Social Única corre o risco de se transformar numa máquina de triagem moral, onde a ajuda vem acompanhada de suspeita e a dignidade é paga em prestações muito pequenas.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Precisa de simplificar apoios. Precisa de cruzar dados com inteligência. Precisa de evitar abusos. Precisa de acompanhar melhor quem vive em situações de vulnerabilidade.

Mas Portugal não precisa de mais uma reforma onde a pobreza é tratada como suspeita, a vulnerabilidade como defeito moral e a sobrevivência como favor administrativo.

A pobreza não é uma preguiça. Não é uma etnia. Não é uma falha genética. Não é uma escolha confortável. É muitas vezes o resultado de salários baixos, doença, solidão, interioridade, habitação cara, baixa qualificação, desindustrialização, abandono territorial e décadas de governação sem visão produtiva.

O Estado deve pedir responsabilidade aos cidadãos. Mas antes disso deve mostrar responsabilidade perante eles.

Porque uma democracia que humilha os seus frágeis enquanto reverencia os seus fortes não é uma democracia adulta. É apenas uma repartição com bandeira.

Nota final

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

merece atenção séria. Se servir para apertar, excluir e moralizar a pobreza, então será apenas mais uma peça da velha engenharia portuguesa: a arte sublime de chamar reforma ao acto de retirar o chão a quem já vive de joelhos.

Fontes e referências:

- Governo da República Portuguesa — “Prestação Social Única: o que é e como funciona”: [Portugal.gov.pt](https://portugal.gov.pt)
- Governo da República Portuguesa — “Governo aprova Prestação Social Única para reforçar a protecção social”: [Portugal.gov.pt](https://portugal.gov.pt)
- Diário da República — Portaria n.º 71/2026/1, de 13 de Fevereiro, que fixa o valor de referência do RSI em 247,56 €:
[Diário da República](#)
- INE — Indicadores de pobreza e exclusão social: [Instituto Nacional de Estatística](#)
- Fundação Francisco Manuel dos Santos — análise sobre pobreza e exclusão social em Portugal: [FFMS](#)
- PORDATA — Beneficiários do RMG/RSI por município:
[PORDATA](#)
- Jornal de Negócios — dados sobre beneficiários e valor médio do RSI: [Jornal de Negócios](#)

Blogue Fragmentos do Caos




A verdade nasce onde o pensamento é livre.


Veritas.

Pobres escrutinados até ao cêntimo; poderosos instalados à mesa do erário público. Uma República decente teria vergonha desta geometria moral.

 [GitHub Pages](#)

 [CodeBerg Pages](#)

 [Fragmentos do Caos:](#) [Blogue](#) • [Ebooks](#) • [Carrossel](#)

 Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)